



ST 06 – Comportamento, Opinião Pública e Cultura Política

Determinantes do Comportamento Eleitoral dos Latino-Americanos

Autora: Flávia Bozza Martins (Doutorado: IESP/UERJ)

Determinantes do Comportamento Eleitoral dos Latino-Americanos

1 Introdução:

Essa investigação tem como objetivo testar o impacto de investimentos sociais, além de indicadores econômicos, no comportamento eleitoral. E, com isso, busca-se dar um passo além nos estudos de voto econômico na América Latina. A intenção é fazer isso por dois meios: de um lado, busco avançar ao incorporar variáveis que mensurem o desempenho dos governos com relação ao investimento social. Por outro lado, há a finalidade de avançar metodologicamente ao trazer dois níveis de análise: dados individuais de *survey* (também tratados como dados no nível micro) e dados no nível macro (referentes à macroeconomia e dados agregados de investimento social). Esse olhar lançado para os dois níveis de análise visa preencher uma lacuna da literatura que afirma que os pesquisadores do tema tendem a utilizar somente um dos dois níveis para seus estudos, e a união dos dois traria maior robustez aos resultados (Lewis-Beck e Stegmaier, 2008).

O *paper* aqui apresentado faz parte de uma pesquisa maior que está em desenvolvimento¹, que busca analisar o impacto combinado das variáveis econômicas, de investimento social e de variáveis político-institucionais sobre a avaliação do governo e, por meio dela, sobre o voto. Até presente momento da pesquisa, analisei a relação entre as variáveis econômicas e de investimento social com a aprovação do governo e com a percepção que o eleitor latino-americano tem não somente da economia, mas também do desempenho do(a) presidente sobre políticas públicas e grandes temas de interesse na América Latina, nos anos entre 2008 e 2014, contemplando as ondas dos *surveys* utilizados (Barômetro das Américas).

O voto econômico, apesar de ter sido deveras explorado em países com democracias mais antigas e economias prósperas, ainda é incipiente no que se refere à abordagem ao conjunto de países que vai além da Europa Ocidental e Estados Unidos (Remmer, 1991; Weyland, 1998; Lewis-Beck e Stegmaier, 2008; Lewis-Beck e Ratto, 2013; Singer, 2013).

O voto econômico na América Latina, como um todo, não é um tema que tem sido muito explorado pelos pesquisadores da área. Os estudos de caso ainda ocupam um maior espaço nessa agenda de pesquisa. Lewis-Beck e Stegmaier (2008) apontam que países como Peru, México e Argentina detêm o maior número de casos de investigação e publicação na língua inglesa. E, apesar da existência da temática em outros países latino-americanos, são poucas as análises de amostras transnacionais que englobam o tema em diversos países dessa região, havendo, portanto, uma demanda para isso. A questão que perdura baseia-se no fato de averiguar se, em meio a uma democracia jovem e que é entendida por Lewis-Beck e Stegmaier (2008) como

¹ O trabalho aqui apresentado é parte de minha tese de doutorado, ainda em desenvolvimento, a ser defendida em março de 2018.

possivelmente instável, em países dotados de crises econômicas e ampla desigualdade social, há espaço para a economia impactar o comportamento eleitoral, de forma que o eleitor responsabilize o mandatário pelo desempenho econômico (a *accountability* ocorra). Seria essa a maior demanda dos eleitores inseridos em tais contextos? Haveria o mesmo comportamento que aquele existente nos países de economias prósperas, no sentido de o eleitor responsabilizar o governante por seu desempenho na economia? Ou seriam outras as prioridades e as competências?

Com base nos argumentos apontados pelos estudiosos da área que defendem a necessidade de estudos acerca do comportamento eleitoral dentro de democracias transicionais, isto é, dentro de democracias de transição recente, em processo de estabilização, elegi a América Latina como uma região de interesse de estudo, devido ao seu contexto de diversos países dividirem um cenário de instituições democráticas recentes, cenários de instabilidade econômica e, com isso, demandas que podem vir a ser similares.

O *paper* será organizado em três seções, além dessa introdução e das considerações finais: primeiramente serão abordados os estudos comparativos sobre o tema na América Latina, por meio de uma revisão da literatura e seus caminhos metodológicos. Posteriormente, apresentarei as hipóteses de trabalho. Em terceiro, apresento a metodologia empregada, seguida das análises. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais acerca dos achados e apontamentos para os próximos passos da pesquisa.

2 Os Estudos Comparativos na América Latina

Os estudos transnacionais que abordam o voto econômico na América Latina foram eficientes em mapear uma tendência de comportamento latino-americano. Por meio de diferentes níveis de análise, mensuração, e variáveis dependentes e independentes, são capazes de apontar a semelhança comportamental em relação aos eleitores de democracias mais antigas e, portanto, mais estáveis do que essas as quais essa pesquisa se dedica: as transicionais.

Remmer (1991), apresenta certo pioneirismo ao traçar “*The political impact of economic crisis in Latin America in the 80's*”. Nesse trabalho, infere que a dicotomia presente entre os teóricos que estudam eleições e economia existe: de um lado, no hemisfério norte lançam-se olhares para uma democracia estabilizada e economia próspera. Nos países em desenvolvimento, a presença de crises econômicas é bastante forte e trata-se de uma democracia mais recente e instável. O que torna o debate mais complexo é, ainda, os estudiosos das crises econômicas tenderem a deixar os resultados eleitorais em segundo plano. Ao passo que aqueles que se debruçam sobre os resultados eleitorais, não raro, desconsideram os impactos provenientes de

crises econômicas. Este cenário, segundo Remmer, contribui para um debate teórico até então empobrecido. Pesquisas de proporções amplamente comparativas em termos de resultados eleitorais nos países em desenvolvimento estão entre as áreas menos estudadas na agenda de pesquisa da Ciência Política. Visando preencher essa lacuna, a autora busca responder às perguntas: qual o impacto da crise econômica na política de democracias não desenvolvidas? E, ainda, qual o efeito do voto econômico em tais democracias? Em um estudo temporal, que abrange o recorte de 1982 a 1990 (como a autora registra, a América Latina concentrou nesse intervalo de tempo o mais alto número de eleições do que em qualquer outro período até então), a partir de dados agregados, a autora analisa 21 eleições ($N = 21$).

As hipóteses testadas pela autora foram três: a) a crise econômica aumenta a volatilidade eleitoral; b) quanto mais antigas forem as instituições democráticas, menor será a resposta aos incentivos econômicos de crise; e c) crises econômicas minam o suporte de democracias estabilizadas e geram crescimento de políticas extremistas. Utiliza três variáveis dependentes: perdas do incumbente (representado pelo percentual de quanto o mandatário perdeu entre uma eleição e outra anterior); voto no incumbente (percentual de votos recebidos) e quantidade de votos recebidos (aqui se considera no cálculo a dispersão dos votos dos concorrentes, que não está contemplada nas variáveis anteriores). Como variáveis independentes, estão: taxa de inflação; crescimento econômico; variação da inflação e variação do crescimento econômico. Os modelos baseados nessas variáveis independentes se mostraram estatisticamente significativos, e contribuíram com 60% na variação da perda dos votos no incumbente, 74% na variação de voto no incumbente e 67% na variação dos votos totais. Nesse contexto, foi a inflação o fator econômico mais impactante. O que, para Singer (2013), é fortemente explicável pelo contexto vivenciado na América Latina nesse período, com altíssimos índices de inflação, o que viria a gerar forte preocupação no eleitor.

Autor de trabalhos referenciais acerca da temática, Echegaray (2005) elaborou o trabalho *“Economic Crises and Electoral Responses in Latin America”*. Ao perceber que entre 1982 e 1989, a despeito da hiperinflação, cerca de um terço dos mandatários foram reeleitos e, já entre 1990 e 1995, anos nos quais a inflação não era mais um problema e houve um crescimento econômico, mais da metade dos presidentes perdeu seu mandato, o autor questiona o motivo pelo qual nos anos onde ocorreram as crises mais severas sofridas pela América Latina não se percebe um padrão de troca de incumbentes. E, ainda, por que nos anos de crescimento econômico percebe-se apenas uma gratidão com pouco entusiasmo por parte do eleitor? Buscando analisar quais foram os determinantes eleitorais entre os latino-americanos, Echegaray analisou 41 eleições ($N = 41$) entre 1982 a 1995 e percebeu que os resultados derivam de uma chave de fatores econômicos e políticos que explicam o comportamento eleitoral. Um dos poucos trabalhos que trouxe dados em nível agregado e também em nível individual.

Os modelos de regressão puderam ser testados com dados em nível agregado ou individual e, alguns casos, ambos². São baseados na seguinte equação:

$$\text{VOTO NO INCUMBENTE} = \text{FATORES ECONÔMICOS} + \text{FATORES NÃO ECONÔMICOS}$$

Os principais resultados indicam a existência do voto econômico no comportamento do eleitor da região. Entre os indicadores do nível agregado, mais uma vez a inflação se mostrou mais capaz de explicar o voto no incumbente. Contudo, a economia explica somente uma parte da escolha eleitoral. De igual importância, a confiança no líder político também aparece como uma forte determinante do voto no incumbente. O autor indica a existência do voto de referendo, onde são apenas referendadas as habilidades do incumbente, sendo a variável popularidade do presidente dotada de forte capacidade preditiva. Com isso, o autor conclui que a *accountability* ocorre na América Latina, mas não tem os fatores políticos como elementos exclusivos de prestação de contas. Ainda mais do que a economia, os eleitores valorizam a capacidade de liderar dos incumbentes.

Dialogando em grande medida com Echegaray, Camargos (2006) oferece grande contribuição para esse debate. Em seu estudo transnacional, ele analisa 62 eleições em 18 países latino-americanos entre os anos de 1980 e 2000. Por meio de dados agregados, o autor mobilizou o indicador de clareza de responsabilidade (que permite ao eleitor atribuir responsabilização ao governante por suas ações), tal como Samuels (2004) e Ratto (2013) para corroborar a hipótese do voto econômico na América Latina: o autor pretende demonstrar que em períodos de crise o eleitor tende, mais intensamente, a fazer sua escolha eleitoral com base na economia.

Utilizando o voto no incumbente como variável dependente, foram selecionadas como possíveis variáveis explicativas, além do desempenho do presidente na eleição anterior, o indicador de clareza de responsabilidade (que comporta a base de apoio parlamentar do incumbente + a força do partido do presidente dentro da coalizão) e variáveis econômicas (que comportam crescimento do PIB + inflação + desemprego), ou seja:

$$\text{VOTO NO INCUMBENTE} = \text{FATORES ECONÔMICOS} + \text{VOTO NO PARTIDO DO MANDATÁRIO NA ELEIÇÃO ANTERIOR} + \text{INDICADOR DE CLAREZA DE RESPONSABILIDADE}$$

A clareza de responsabilidade, variável institucional, foi incorporada com intuito de captar as diferenças de contexto e estruturas institucionais que propiciam maior ou menor grau de aferição de responsabilidade ao presidente. Camargos também inclui na hipótese de seu trabalho a variável proposta por Echegaray (1993 e 1995 *apud* Camargos, 2006) popularidade do presidente que, conforme apontado, no trabalho do referido autor, a popularidade do presidente

² Os modelos em nível individual foram elaborados apenas para os estudos de caso apresentados por Echegaray (Argentina; Peru e Uruguai). No entanto, não me aterei a eles, posto que o que nos oferece maior contributo para esse trabalho são as análises em nível transnacional.

possui maior capacidade preditora, inclusive, do que as variáveis econômicas. Todavia, Camargos infere em sua pesquisa sobre a não validade deste resultado. Para demonstrar isso apresenta a correlação bivariada entre popularidade e variáveis econômicas e políticas e mostramos que essas variáveis no mesmo modelo de regressão geram problema de multicolinearidade, provocando resultados alterados, enviesados³. O autor defende, portanto, que a popularidade do presidente não é uma variável explicativa, mas interveniente entre *performance* econômica e voto no mandatário. Para a escolha da aprovação de governo como variável dependente nessa pesquisa, há um embasamento também nessa evidência de Camargos, já que, de modo distinto de Echegaray, não consideramos que essa variável é explicativa do voto no presidente mas que, sim, cumpre função interveniente na relação com o voto.

Os resultados apontam para o impacto significativo da inflação e do desemprego sobre o voto no incumbente. Em um dos modelos apresentados, a variável de controle voto no mandatário na eleição anterior também obteve impacto significativo sobre a variável dependente. Os casos de baixa clareza de responsabilidade não possuem correlação com o voto no incumbente. Os casos de alto nível de clareza de responsabilidade detêm impacto significativo sobre o voto no presidente, o que contribui para a hipótese de Echegaray (1995 *apud* Camargos, 2006) que afirma que em lugares nos quais há menor clareza de responsabilidade do presidente no manejo da economia, o desempenho econômico tende a não impactar tanto a decisão do eleitor. Ao passo que, nos casos em que há alto nível de clareza de responsabilidade do presidente no manejo da economia, o desempenho econômico tende a impactar de maneira mais intensa o voto no incumbente.

Em seu trabalho nomeado “*CCT Programs, the Economy, and Presidential Elections in Latin America*” Corrêa (2012) dedica-se a investigar se os presidentes que investem em programas de transferência de renda tendem a melhorar seus desempenhos nas urnas. Para tanto, analisa 84 eleições latino-americanas entre os anos de 1990 e 2010, com dados em nível agregado. O raciocínio no qual se baseia a literatura está ancorado na noção de que eleitores das classes mais baixas que recebem benefícios do governo deverão recompensá-lo nas eleições seguintes (Zucco 2008, Díaz-Cayeros *et al.* 2009, Nupia 2011, Queirolo 2011 *apud* Corrêa, 2012). Corrêa, no entanto, contraria essa hipótese, e busca demonstrar que tais programas não geram ao incumbente maior apoio e tampouco os alivia de suas perdas.

O autor reconhece os diversos estudos a respeito do programa Bolsa Família - o programa de distribuição de renda brasileiro de maior alcance do mundo – que apontam uma

³ De acordo com Camargos (2006) as variáveis popularidade do presidente e PIB apresentam o coeficiente de correlação de Pearson 0,399; e popularidade e votos do incumbente na eleição anterior apresentam coeficiente de correlação de Pearson 0,419. Essas informações demonstram a impossibilidade de reunião dessas variáveis em um mesmo modelo de regressão, já que não satisfazem a condição de independência linear entre as variáveis explicativas.

associação entre o programa e a vitória do presidente Lula em 2006 (Nicolau e Peixoto 2007, Hunter e Power 2007, Zucco 2008, Soares e Terron 2008, Cãnedo-Pinheiro 2009, Licio *et al.* 2009, Marques *apud* 2009 *apud* Corrêa, 2012). Esse também foi o caso das eleições mexicanas, em 2006 (Serdán, 2006 *apud* Corrêa, 2009); das uruguaiaias em 2004 e 2009 (Manacorda, 2011; Queirolo, 2011 *apud* Corrêa, 2012). Todavia, o autor salienta que esses casos se diluem, se formos olhar para uma série temporal, que englobe diversas eleições ao longo de 20 anos em nível transnacional. Corrêa demonstra que a economia é um preditor mais forte do que outros fatores a impactar os resultados eleitorais, corroborando para a noção clássica do voto econômico. O faz a partir de regressão baseada nessa equação:

PERDAS DO INCUMBENTE = FATORES ECONÔMICOS + INVESTIMENTO EM PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA (dummy) + PERCENTUAL DE VOTO DO PRESIDENTE NAS ELEIÇÕES ANTERIORES + CANDIDATO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO (dummy)

Os resultados demonstram que quando as variáveis econômicas não são levadas em consideração os programas de transferência de renda apresentam impacto significativo. Entretanto, quando as variáveis econômicas participam do modelo, essa relação desaparece, mostrando que a economia produz efeito sobre o resultado eleitoral, enquanto os programas não produzem. O autor também encontrou impacto da clareza de responsabilidade interferindo na *accountability*.

Veiga (2013), em seu trabalho “*Economic voting in na Age of Grothw and Poverty Reduction: Electoral Response in Latin America*”, busca verificar o impacto da economia sobre o voto no incumbente. Para tanto, a autora lança mão de dados subjetivos e de dados objetivos (em nível agregado). Sua análise engloba eleições latino-americanas entre o período de 1995 a 2010. Compuseram sua pesquisa 58 eleições para o Executivo e Legislativo (N = 58). Os dados subjetivos foram retirados do Latinobarômetro e o banco de dados foi construído em nível agregado.

Os achados de Veiga demonstram que, quando o modelo contou apenas com os dados macroeconômicos, esses dados não impactaram o voto no incumbente. O investimento social, entretanto, mostrou ser significativo ao impactar a variável dependente. As percepções subjetivas da economia também ofereceram impacto significativo sobre o voto no mandatário. Os dados revelaram, ainda, que as variáveis macroeconômicas aumentam a avaliação positiva da economia (considerada interveniente), que viria, por sua vez, aumentar as chances de eleição do incumbente.

Também considerando a importância do indicador econômico para o estudo do voto pautado na economia, Singer (2013) busca averiguar em seu estudo qual o melhor indicador a ser utilizado ao estudar o voto econômico na América Latina. Em seu trabalho intitulado “*Economic*

voting in an era of (non)crisis: The changing electoral agenda in Latin America 1982 - 2010” o autor recapitula os indicadores comumente utilizados pela literatura internacional, que são: crescimento econômico, inflação e desemprego. Singer pressupõe que os eleitores tendem a se preocupar com assuntos – dentro da esfera econômica – que têm apresentado instabilidade recente por causa da pouca atenção dada pelo governo a esses temas, em detrimento de outras políticas econômicas que têm se mostrado mais estáveis. Tal qual sugere Weyland em seu estudo de caso sobre o Peru, quando sanada uma demanda, o eleitor logo passa a atentar para uma “demanda seguinte”, colocando outro problema como sua preocupação central dentro da economia. A ideia que persiste é que a agenda de estudos e indicadores do voto econômico é volúvel e se modifica à medida que os contextos e – portanto – as preocupações dos eleitores se alteram.

Com isso, o objetivo do autor é investigar se a atenção do eleitor mudou – isto é, se voltou-se para outro aspecto econômico – após o controle dos preços na América Latina. A hipótese sugerida pelo autor é que essa preocupação, após o controle inflacionário, dirigiu-se para questões não econômicas, ou, ao menos, não diretamente econômicas. Outra hipótese é que os eleitores continuam muito preocupados com a economia, porém não mais com a alta dos preços. Em vez disso, dirigem sua preocupação para o crescimento da riqueza do país e o aumento das oportunidades econômicas.

O autor analisou determinantes eleitorais dos resultados de 79 eleições entre 1982 e 2010, valendo-se da série temporal com dados fornecidos pelo Latinobarômetro. Os dados foram utilizados de forma agregada.

Os resultados encontrados sugerem que as preocupações mudaram nos últimos trinta anos. Percebe-se que as pessoas tendem a não colocar a alta dos preços ou os seus salários como pressões políticas a serem consideradas centrais, como faziam ao final da década de 1990. Além disso, o crescimento econômico é o fator que mais fortemente impacta o apoio ao partido incumbente entre 2000 e 2010. Os assuntos econômicos assumem papel central dentro das temáticas consideradas importantes. No entanto, as demandas da esfera econômica mudaram no decorrer do período estudado, conforme apontou a hipótese proposta por Singer.

O modelo de regressão proposto por Singer para verificar a *accountability* para economia nas eleições é apresentado do seguinte modo:

SALDO ENTRE OS VOTOS QUE O PARTIDO INCUMBENTE RECEBEU NA ELEIÇÃO ANTERIOR E OS VOTOS QUE O INCUMBENTE RECEBEU NAS ELEIÇÕES UTILIZADAS PARA ANÁLISE = CRESCIMENTO ECONÔMICO + DISPUTA REELEIÇÃO + NÚMERO EFETIVO DE PARTIDOS (NEp) c/ CADEIRAS NA ELEIÇÃO ANTERIOR

Os resultados indicam que os presidentes no comando de países dotados de economia fraca perderam apoio eleitoral no decorrer do período analisado. Mas os indicadores mudaram

através do tempo. A inflação, nos anos 1980, tinha um papel importante ao impactar fortemente o voto no incumbente. O crescimento econômico, no mesmo período, não se mostrou significativo. A partir de 2001, contudo, a inflação não tem impacto estatisticamente significativo quando associada ao apoio ao presidente, passando a não ser importante e mostrando que a centralidade dos problemas considerados pelos eleitores assume um caráter contextual.

Ainda, Lewis-Beck e Ratto (2013) propõem um modelo para a análise do voto econômico na região. O objetivo do trabalho dos autores é simplesmente verificar a existência ou não do voto econômico entre os latino-americanos. Para tanto, baseiam-se nos dados do Latinobarômetro (N = 7.000) e, por meio de dados individuais, analisam doze países da região.

Para a variável que mensura a avaliação econômica, os autores defendem um *survey* capaz de operacionalizar a hipótese do voto econômico sociotrópico. Para essa análise, a pergunta utilizada para avaliar a *performance* retrospectiva da economia foi “Como você acha que a situação econômica do país esteve nos últimos doze meses?” (melhor, igual ou pior). O modelo de regressão utilizado foi:

VOTO NO INCUMBENTE = SOCIODEMOGRÁFICAS + IDEOLOGIA + V. DE ORDEM ECONÔMICA

Os principais resultados do modelo proposto apontam que a ideologia e a distância em meses da eleição anterior se mostraram significativas. A avaliação da economia se mostrou altamente significativa. O voto econômico existe na América Latina e de modo ainda mais forte e consistente do que muitos poderiam supor. Os autores concluem que a sofisticação das decisões é apontada pelo esquema de recompensa/punição dos eleitores latino-americanos em sua relação eleitoral com o incumbente. Assim como nos países mais desenvolvidos, os líderes latino-americanos não podem dissociar sua avaliação e, possivelmente, punição por gerirem uma má economia.

Como vimos na revisão da literatura apresentada, além dos fatores econômicos, algumas questões de matéria não econômica são importantes para avaliar um líder. O contexto político, a ideologia, variáveis institucionais que permitem a aferição da clareza de responsabilidade em maior ou menor grau seriam alguns exemplos verificados em Samuels (2004); Camargos (2006) e Ratto (2013).

Indo além do que nos apresenta a literatura, por conta das fragilidades econômicas e políticas presentes na América Latina, trabalho também com a hipótese de que a racionalidade do eleitor latino-americano encontraria sentido não somente em resposta ao crescimento do PIB, controle da inflação e baixa taxa de desemprego (variáveis econômicas do modelo clássico de voto econômico), contudo também em resposta à responsividade do presidente (ou à ausência dela) em investimentos sociais, que não necessariamente seriam a “tradução” do crescimento do PIB. Isto é, o crescimento econômico em países onde a corrupção está entre os cinco maiores

problemas assim considerado pela opinião pública, pode não ser suficiente para que o dado se reverta em melhorias para a população. O quadro abaixo traz a relação dos cinco principais problemas reconhecidos pelos eleitores da região, por ordem de importância. Esses problemas encabeçam uma lista de um total de 67 opções apresentadas aos respondentes do questionário (*survey* Barômetro das Américas, 2008:2010)⁴.

Quadro 1: Principais Problemas para o latino-americano

Problema mais importante	Respondentes (%)
Crime	20,1
Economia: crises dela, problemas com	16,5
Desemprego	14,8
Pobreza	6,7
Corrupção	6,6

Fonte: Barômetro das Américas. N: 95.075

Os resultados apresentados no quadro acima registram a plausibilidade da incorporação de outras variáveis na análise, visto que outros problemas, além da economia, povoam o cenário de preocupações do eleitor, podendo vir a impactar sobre a avaliação do presidente.

Posto isso, a seguir, apresento as hipóteses que a teoria permitiu formular.

3 Hipóteses de Trabalho

Com o intuito de contribuir para a literatura a respeito do comportamento eleitoral, em geral, e do voto econômico, em particular, esta pesquisa visa incorporar variáveis de avaliação de políticas públicas, e temas de saliência para o eleitor latino-americano, baseadas em dados individuais, de percepção e opinião dos respondentes; assim como variáveis sobre a situação econômica e social, com base em dados agregados sobre gastos e outros indicadores de resultados de políticas públicas.

A pergunta à qual desejo responder é em que medida o eleitor latino-americano também incorpora ao chamado cálculo eleitoral o desempenho do incumbente sobre políticas públicas e investimento social.

São hipóteses relativas às variáveis independentes no nível micro:

Conjunto de Hipóteses H1. Quanto melhor a avaliação da situação econômica e das políticas sociais, maior a chance de avaliação positiva do incumbente:

⁴ As respostas apresentadas na tabela 1 são referentes à questão: “Most important problem?” do questionário Barômetro das Américas.

Para demonstrar essa hipótese, o sinal dos coeficientes obtidos na regressão entre variável dependente e as variáveis independentes em foco tem de ser positivo. Espera-se que os resultados apontem para a mesma direção no que diz respeito à relação entre intenção aprovação de governo, avaliação da situação econômica do país e as avaliações das políticas sociais. Com isso será possível avaliar que fatores, se econômicos ou sociais, terão maior influência sobre a avaliação de governo e, por consequência, sobre o comportamento eleitoral. Assim, a hipótese H1 se divide em três hipóteses específicas:

H1 a. A avaliação positiva da economia deve aumentar a tendência de boa avaliação do incumbente, sinalizando o voto retrospectivo. Já no caso de avaliação igual ou pior do desempenho do governante, espera-se a tendência de desaprovação do governo.

H1 b. A avaliação positiva da atuação do governo em prol da segurança e no combate ao desemprego e à pobreza espera-se que seja um preditor da aprovação do mandatário. Já a insatisfação com a atuação presidencial nesses *issues* levaria à avaliação negativa do governo.

H1.c A avaliação positiva do desempenho do(a) presidente no combate à corrupção e na proteção e promoção dos princípios democráticos deverá levar a maior probabilidade de aprovação do governo. Em caso de avaliação negativa desses temas, espera-se a maior tendência à desaprovação do governo.

São hipóteses relativas às variáveis independentes no nível macro:

Conjunto de hipóteses H2. Quanto melhores os dados da macro economia, mais as pessoas tenderão a votar no mandatário.

Para o teste dessa hipótese utilizaremos os três indicadores econômicos usualmente testados nos estudos que envolvem a literatura do voto econômico: taxa de crescimento do PIB; inflação e desemprego. Tenho, assim, as seguintes hipóteses:

H2 a. Quanto maior a taxa de crescimento do PIB, maior a tendência de aprovação do governo. E quanto menor a taxa, menos tendência da aprovação.

H2 b. Quanto maior a taxa de desemprego, menor deverá ser a tendência de aprovação do governo. E quanto menor for a taxa de desemprego, espera-se encontrar maior tendência à aprovação.

H2 c. Quanto maior a taxa de inflação, menor deverá ser a tendência de uma boa avaliação do governo. Em caso de baixa inflação, o que se espera é encontrar maior tendência de avaliação positiva do governo.

Hipótese H3. Dados objetivos de políticas públicas impactarão positivamente a avaliação do incumbente.

Quanto mais investimento nas políticas públicas selecionadas (agregação de saúde, seguridade social e educação), melhor deverá ser avaliado o governo. E quanto mais baixo o investimento, maior a chance dele não ser bem avaliado. É válido ressaltar que os gastos com políticas públicas não indicam, necessariamente, melhor resultado. No entanto, por falta de melhor indicador, selecionei o dado de gasto público como um indicador de investimento social.

4 Variáveis:

4.1: Variável dependente

Mergulhando na literatura internacional, percebe-se que ela aponta que os estudos sobre voto econômico podem ser organizados segundo suas variáveis dependentes, independentes e seu nível de análise (se análise de dados agregados ou em nível individual). Como variáveis independentes mais adequadas para a mensuração do voto econômico são utilizados aqueles indicadores subjetivos ou objetivos da economia. Convencionou-se selecionar como variável dependente para esse caso uma entre estas duas possibilidades: a) voto no incumbente ou b) avaliação do presidente (Lewis-Beck e Stegmaier, 2008). A maioria das pesquisas sobre o voto econômico nos países dotados de democracias transicionais se utiliza da variável voto no incumbente como variável dependente, tanto nas análises de dados agregados quanto nas análises de dados individuais, afirmam Lewis-Beck e Stegmaier (2008). Para este trabalho, a variável aprovação do governo foi escolhida como variável dependente, buscando captar a avaliação do líder. Isso porque, além de existirem poucos trabalhos que trazem a avaliação do líder como variável dependente (apontando, assim, a necessidade de maiores investigações), há uma restrição em termos de dados disponíveis: o *survey* Latinobarometro traz a questão do voto, mas não abrange avaliação do desempenho do presidente sobre políticas públicas. O *survey* Comparative Study Electoral Survey (CSES) abrange o momento pós-eleitoral, mas oferece a desvantagem de trabalhar com poucos países (apenas cinco dentro do contexto latino-americano, que é o que, particularmente, nos interessa para este trabalho), empobrecendo a análise. Sendo

assim, optamos por utilizar como variável dependente a aprovação do governo mensurada através do *survey* Barômetro das Américas.

A variável dependente, aprovação de governo tem base na seguinte pergunta do *survey*: “*Hablando en general acerca del gobierno actual, ¿diría usted que el trabajo que está realizando [nome do presidente atual]?*”. Tinha possibilidades de respostas, inicialmente, codificadas em cinco categorias: “muito bom”; “bom”; “razoável”; “ruim” e “muito ruim”. Buscando otimizar o número de categorias no interior dessa variável, recatégorizei-a em três níveis: “aprova”, “neutro”, “desaprova”. Como a variável dependente apresenta-se de natureza categórica, a função de regressão logística multinomial pareceu a forma mais adequada de modelar essas escolhas e testar a correlação entre as variáveis de interesse. Long e Freese (2001) explicitam que a regressão logística multinomial é uma extensão do modelo do logístico binário, ambos adequados para se trabalhar com variáveis dependentes cujas respostas possuem múltiplas categorias. As equações geram probabilidades para predizer se uma categoria está acima ou abaixo de uma categoria de referência.

4.2 Variáveis independentes

Como variáveis independentes para essa etapa da pesquisa, foram selecionadas variáveis de nível individual, que dizem respeito à a) avaliação da economia e b) desempenho do presidente sobre políticas públicas; e c) dados de nível macro referente à economia e d) dados de nível macro referentes ao investimento social.

Desse modo, o quadro abaixo expõe as variáveis utilizadas, seus níveis de análise e suas respectivas fontes.

Quadro 2 – Variáveis Independentes

	Variáveis	Fonte	Unidade/Respostas
Nível Macro ⁵	Taxa de Crescimento do PIB	Banco Mundial	%
	Inflação	Banco Mundial	%
	Taxa de Desemprego	Banco Mundial	%
	Investimento Público Social	CEPAL	Percentual do PIB
	Investimento – Saúde	CEPAL	Percentual do PIB
	Investimento – Educação	CEPAL	Percentual do PIB
	Investimento - Seguridade Social	CEPAL	Percentual do PIB

⁵ Todas as variáveis do nível macro deveriam estar associadas à onda do *survey* utilizado (2008, 2010, 2012, 2014). Como nos interessa saber se a avaliação da economia e políticas é reflexo dos macro dados, foram coletados dados macro referentes ao ano anterior da onda que interessava. Dessa forma, correspondem à onda de 2008, os dados macro referentes ao ano de 2007. O mesmo vale para os anos de 2010, 2012 e 2014.

Nível Individual	Avaliação - Situação Econômica Nacional	Barômetro das Américas	pior; igual; melhor
	Avaliação - Combate ao desemprego	Barômetro das Américas	Escala de 7 pontos ⁶
	Avaliação - Combate à pobreza	Barômetro das Américas	Escala de 7 pontos
	Avaliação - Atuação sobre a Segurança	Barômetro das Américas	Escala de 7 pontos
	Avaliação – Combate à corrupção	Barômetro das Américas	Escala de 7 pontos
	Avaliação – Promoção e Proteção dos princípios democráticos	Barômetro das Américas	Escala de 7 pontos

Elaboração da autora.

As variáveis que apresentavam como respostas escalas de sete pontos foram recategorizadas no intuito de oferecer um resultado mais intuitivo e otimizado dos modelos. Assim, considerei os níveis 1 e 2 como avaliação baixa; 2, 3, e 4 como avaliação média; e 5 e 6 como avaliação alta de cada um dos temas expostos no quadro acima.

Os dados acima foram compilados em um banco único, formado por uma amostra de N = 95.075 casos que se referem a 18 países latino-americanos⁷ e a quatro ondas de *survey* replicados nesses países nos anos de 2008, 2010, 2012 e 2014. A seguir são apresentadas as análises estatísticas iniciais.

5 Métodos e Resultados

Nos primeiros passos das análises, os modelos de regressão contemplaram todas as variáveis: macro e micro. As variáveis individuais de avaliação da economia e políticas públicas apresentaram correlação no sentido esperado. Testei, então, tanto conjunta quanto separadamente, o efeito das variáveis de indicadores econômicos e investimento social sobre a aprovação de governo. Nessas análises preliminares, os dados de investimento social não apresentaram correlação estatisticamente significativa. Já os indicadores econômicos apresentaram significância estatística com o sinal contrário ao esperado. O que indicaria que, quanto maior o crescimento do PIB, maior a probabilidade de desaprovar o governo. E quanto menores as taxas de inflação e desemprego, maiores as probabilidades de desaprovar o governo.

Compreendendo que esse poderia ser um problema reflexo do nível de agregação dos dados macro adaptados ao banco que continha dados micro (de *survey*)⁸, busquei fazer a análise em passos separados hierarquicamente: blocos econômicos e blocos de investimento social.

⁶ As escala de sete pontos variam de um a sete, onde um significa que o presidente não atua “nada” sobre o tema em questão e sete significa que ele atua “muito” sobre o tema.

⁷ Os países que fazem parte dessa análise são: Argentina; Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Costa Rica; República Dominicana; Equador; El Salvador; Guatemala; Honduras; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; Uruguai e Venezuela.

⁸ Os dados de nível macro compuseram o banco da seguinte forma: para cada país e onda correspondente, um mesmo dado de indicador macro era repetido o número de entradas individuais de *survey*.

Separei o banco de dados com base nos dados macro de indicadores econômicos e investimento social. As figuras abaixo buscam esquematizar como os modelos serão organizados. A figura 1 (bloco econômico) aponta que os indicadores econômicos são divididos em três taxas e a média de cada uma delas dividirá a amostra em duas partes: países de taxa de crescimento do PIB menor do que a média e maior do que a média; países de taxa de inflação menor do que a média e maior do que a média; e países de taxa de desemprego menor e maior do que média. No mesmo sentido, a figura 2 (investimento social) demonstra o recorte do investimento social dividido em dois: investimento social acima da média de cada ano para todos os da América Latina e abaixo dessa média.

Figura 1: Bloco Econômico

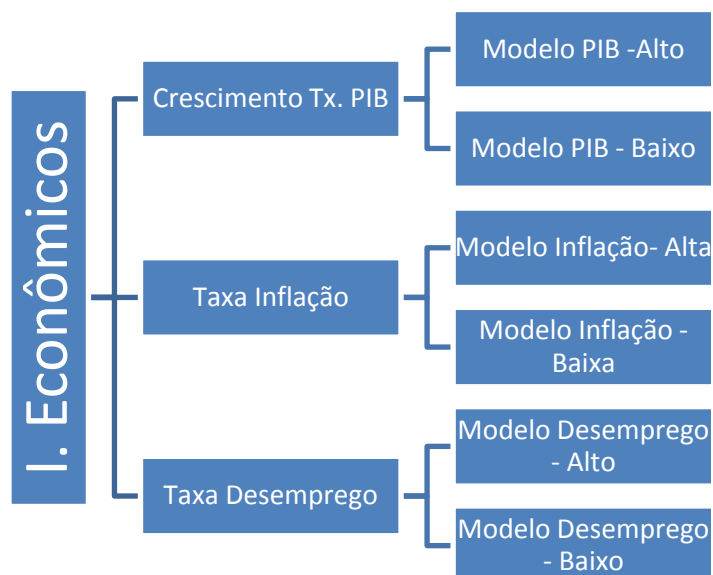
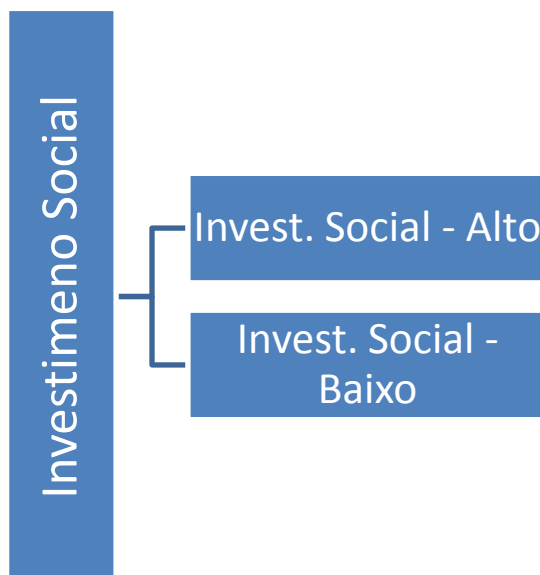


Figura 2: Investimento Social



Os modelos aqui apresentados são modelos de regressão logit multinomial, conforme mencionado na seção referente às variáveis. A regressão multinomial proporciona os resultados para o logaritmo da razão das probabilidades entre uma categoria e a categoria de referência. Ou seja, um valor positivo do coeficiente significa que há uma probabilidade maior para a ocorrência da categoria em questão em relação à categoria de referência; ao mesmo tempo, um valor negativo do coeficiente aponta para probabilidade menor de ocorrência da categoria em questão em relação à de referência. No caso da variável dependente (aprovação de governo), selecionei a resposta “neutra” como categoria de referência. Com isso, tenho dois sub-modelos para cada um dos modelos: (1) a probabilidade de responder “aprovação” em relação à “neutra”; e (2) a probabilidade de responder “desaprovação” em relação à categoria “neutra”.

As variáveis independentes de todos os modelos aqui testados também são categóricas e, por isso, para cada uma delas, utilizei uma categoria de referência, assim como foi feito na variável dependente. A variável de avaliação econômica, então, gera duas variáveis independentes: avaliação “pior”, em relação à igual; e “melhor” em relação à “igual” (denotado nas tabelas como “Economia[pior: igual]” e “Economia[melhor: igual]”). Em todas as outras variáveis independentes, usei a categoria “média” como referência, com apresentação nos mesmos moldes do caso anterior.

Assim, os coeficientes das tabelas podem ser interpretados como a probabilidade de cada uma categoria da variável independente em relação à sua categoria de referência, correlacionada

com a “aprovação” e a “desaprovação” do governo, ambas em relação à categoria “neutra” de aprovação do governo. Isto é, no modelo 1 (tabela 1), temos que a probabilidade de avaliação da economia como melhor – em relação probabilidade de avaliação como igual – é correlacionada positivamente à probabilidade de aprovar o governo – em relação à probabilidade de considerá-lo neutro.

Então, no modelo simples (modelos 1 e 2), é possível perceber que eleitores que identificaram uma melhora na economia tenderam a aprovar mais e desaprovar menos o governo. E os que perceberam piora na economia, desaprovaram mais e aprovaram menos o governo, conforme já indicaram outros estudos dessa agenda de pesquisa.

O modelo completo (modelos 3 e 4) indica o mesmo resultado: impacto da avaliação econômica sobre a aprovação de governo. Contudo, combinada a outras variáveis independentes, a avaliação econômica desempenha um papel menor. Ainda assim, apresenta os maiores coeficientes na correlação com a variável dependente: o que mais determina a aprovação do governo continua sendo uma avaliação melhor da economia; e o que mais determina a desaprovação do governo é uma percepção de piora na economia – tal percepção, ainda, é mais impactante do que a avaliação positiva da economia.

O segundo preditor que mais impactou nessa análise foi a avaliação baixa do presidente na sua atuação sobre o combate à pobreza. Os que assim avaliaram tenderam a desaprovar mais o governo e aprovar menos. Por seu turno, os que avaliaram bem as políticas de combate pobreza tenderam a aprovar o governo, mas não a desaprovar. Intuitivamente, é de se esperar que quem avaliou bem o combate à pobreza, tivesse uma tendência a desaprovar menos o governo, porém, empiricamente, esse coeficiente não é significativamente estatístico. Isso mostra uma aparente assimetria que surge no modelo multinomial, onde aprovar mais não necessariamente implica em desaprovar menos; isso se dá pela existência da categoria neutra (categoria de referência da variável dependente).

Chama atenção no modelo completo, ainda, como, apesar de o tema segurança ter sido elencado como o maior problema do seu país para o eleitor latino-americano, os coeficientes referentes ao desempenho do presidente sobre a segurança não são os que têm maior impacto sobre a aprovação ou desaprovação do governo. Entretanto os coeficientes impactam na direção esperada, de forma que os que avaliam negativamente o desempenho do governo sobre a segurança, tendem a desaprovar o governo; e vice-versa.

Os demais coeficientes variam na direção esperada, de forma que é possível confirmar a H1 – de que as avaliações da economia, políticas públicas e temas relevantes para a América Latina, impactam a aprovação de governo.

As tabelas 2, 3 e 4 trazem o recorte com base nas variáveis macro econômicas (conforme apontou a figura 1). Na tabela 2, o banco de dados é dividido entre observações de país e ano que

têm a taxa de crescimento do PIB acima da média ($PIB > AL$) e abaixo da média ($PIB < AL$) da América Latina. Ao comparar os coeficientes de ambos os grupos em relação ao modelo completo, é possível perceber que todos os coeficientes do modelo de taxa de crescimento do PIB acima da média têm valores maiores do que os do modelo completo. E os coeficientes do modelo de taxa de crescimento do PIB abaixo da média têm valores menores do que os do modelo completo.

O coeficiente que apresenta a maior variação positiva entre o modelo $PIB < AL$ e o modelo completo é o preditor da avaliação alta do combate à corrupção relacionada à desaprovação do governo (coeficiente 83% maior); e a maior variação negativa ocorre no coeficiente referente à baixa avaliação do desempenho do presidente no combate à pobreza em relação à aprovação de governo (coeficiente 22% menor). Isso quer dizer que, em cenário de menor crescimento econômico (menor do que a média), a alta avaliação do combate à corrupção diminui em quase duas vezes a probabilidade de desaprovar o governo. Além disso, a baixa avaliação do combate à pobreza, ao ser correlacionada com a aprovação do governo, passa a impactar menos nesse modelo $PIB < AL$. No caso do modelo $PIB > AL$, a avaliação alta da promoção e proteção dos princípios democráticos, quando correlacionada à desaprovação do governo passa a importar menos do que no modelo completo (coeficiente 33% menor). Outro preditor que mais variou nesse modelo $PIB > AL$ foi de avaliação baixa do desempenho do presidente no combate à pobreza ao ser correlacionado com a aprovação do governo (coeficiente 21% maior): em situação de crescimento do PIB acima da média, o baixo combate à pobreza importa menos do que no modelo completo.

Na tabela 3, o banco de dados é dividido entre observações de país e ano que têm a taxa de inflação acima da média ($Inflação > AL$) e abaixo da média ($Inflação < AL$) da América Latina. A maior parte dos coeficientes do modelo $Inflação > AL$ está inferior aos coeficientes do modelo $Inflação < AL$, bem como do modelo completo. A avaliação positiva da economia, contudo, apresenta coeficiente maior no modelo $Inflação > AL$, quando correlacionada à aprovação do governo. Aqui podemos supor dois caminhos para explicar esse resultado: 1) que outros fatores mediam a percepção da economia além dos dados macro econômicos. Ou, ainda, 2) podemos atentar para o fato de que a inflação não vinha a ser um grande problema na América Latina no recorte temporal estudado, conforme Singer (2013) sinalizou.

No modelo $Inflação < AL$, o coeficiente que apresenta a maior variação positiva em relação ao modelo completo é a avaliação baixa do combate à corrupção em relação à aprovação do governo: o baixo combate à corrupção diminui a probabilidade de aprovação do governo em caso de inflação abaixo da média se comparado ao modelo completo (coeficiente 73% maior). E o coeficiente que apresenta maior variação negativa em relação ao modelo completo é a avaliação positiva da economia em relação à aprovação do governo (coeficiente 4% menor). No caso do

modelo Inflação > AL, o preditor de maior variação positiva, em relação ao modelo completo é a avaliação baixa que o eleitor faz do desempenho do presidente sobre a segurança do cidadão, quando correlacionado à aprovação do governo. Assim, uma avaliação baixa do desempenho do presidente sobre a segurança aponta para menor probabilidade de aprovar o governo, quando comparamos com o modelo completo (coeficiente 40% maior). Ainda nesse modelo, destaca-se a avaliação alta do combate à corrupção, quando correlacionada à aprovação do presidente, que apresenta o preditor que mais se destaca negativamente. Assim, o alto combate à corrupção passa a importar menos na aprovação do presidente no caso de inflação acima da média, se compararmos com o modelo completo (coeficiente 26%).

Na tabela 4, o banco de dados é dividido entre observações de país e ano que têm a taxa de desemprego acima da média (Desemprego > AL) e abaixo da média (Desemprego < AL) da América Latina. Os coeficientes de avaliação positiva da economia; os relacionados à avaliação do combate à pobreza; os relacionados à avaliação do desempenho do governo sobre a segurança; e a avaliação alta da promoção e proteção dos princípios democráticos são maiores no modelo de taxa Desemprego > AL do que no modelo completo (e também maiores do que no modelo Desemprego < AL).

No modelo Desemprego < AL, o coeficiente que apresenta a maior variação positiva em relação ao modelo completo é o da avaliação negativa da corrupção correlacionada à aprovação do governo (coeficiente 64% maior); demonstrando que ela importa mais do que no modelo completo. O coeficiente com a maior variação negativa é o da avaliação baixa do combate à pobreza correlacionada à aprovação do governo (coeficiente 23% menor); o que quer dizer que ela importa menos do que no modelo completo.

No caso do modelo Desemprego > AL foi o coeficiente de alta avaliação do desempenho do presidente na proteção e promoção dos princípios democráticos, correlacionado à desaprovação do governo, que teve o coeficiente de maior variação negativa (coeficiente 60% menor) e que perdeu significância estatística em cenário de taxa de desemprego acima da média latino-americana. A baixa avaliação do quesito segurança correlacionada negativamente à aprovação foi o coeficiente de maior variação positiva nesse modelo (coeficiente 57% maior). Isso quer dizer que em caso de taxa de desemprego acima da média latino-americana, a baixa avaliação da segurança aumenta a probabilidade de o eleitor não aprovar o governo e considerá-lo neutro.

A tabela 5 traz o banco recortado com base em indicadores de investimento social acima da média (Investimento Agregado > AL) de cada ano de todos os países da América Latina e abaixo dessa média (Investimento Agregado < AL). Seus resultados demonstram mais uma vez diferença significativa entre o comportamento eleitoral em casos de indicadores econômicos e investimento social abaixo ou acima da média.

No modelo Investimento Agregado $< AL$ o maior coeficiente com variação positiva é a avaliação baixa do desempenho do(a) presidente a segurança do cidadão quando correlacionada à aprovação do governo, na comparação com o modelo completo. A baixa avaliação do desempenho do presidente sobre a segurança torna duas vezes menos provável a aprovação do governo, do que no modelo completo (coeficiente 102% maior). É válido ressaltar aqui o destaque dessa relação, uma vez que a segurança figura como o maior importante problema para o eleitor latino-americano e que, em caso de investimento social abaixo da média, passa a se incomodar ainda mais com o tema. Já o coeficiente com maior variação negativa desse mesmo modelo é a avaliação alta do combate ao desemprego, quando relacionado à aprovação do governo. Quando o investimento social está abaixo da média, o combate ao desemprego impacta menos a aprovação do presidente do que no modelo completo (coeficiente 38% menor).

Quando se trata do modelo Investimento Agregado $> AL$, o coeficiente com maior variação positiva é a alta avaliação do combate à corrupção, se correlacionada à desaprovação do governo, de forma que a avaliação alta do combate à corrupção aumenta em três vezes a probabilidade de não desaprovar o governo em contextos de investimento social acima da média (coeficiente 204% maior do que o do modelo comum). O coeficiente com maior variação negativa é referente à baixa avaliação de proteção e promoção de princípios democráticos por parte do presidente, correlacionado com a aprovação do governo: no modelo completo essa variável independente apresenta correlação negativa com a aprovação do governo. No modelo de investimento social acima da média essa relação perde a significância estatística.

Os modelos hierárquicos – recortados pelas médias dos dados macro de economia e investimento social – apontam que existe uma distinção do comportamento eleitoral em cenários de melhor ou pior desempenho da economia, e cenários de maior ou menor investimento social conforme foi previsto. Contudo, a hipótese H2 não se confirma completamente. Os dados referentes à taxa de crescimento econômico confirmam as hipóteses propostas, de forma que o maior crescimento econômico aponta para variáveis com maior probabilidade de aprovação do governo. Entretanto, as taxas de inflação e desemprego não apontaram na mesma direção. Singer (2013) expôs que após controlada a inflação na América Latina com os governos neoliberais da década de 1990, ela deixou de ser um problema grave para os eleitores da região e cedeu protagonismo ao crescimento econômico, bem como aqui foi mostrado. Portanto, em certa medida, esse argumento poderia explicar a relação inesperada entre essas variáveis. É possível que o mesmo ocorra com o desemprego. No entanto, uma avaliação minuciosa, tal como a elaborada por Singer, deveria ser feita para que seja possível fazer essa afirmação.

Tabela 1: Indicadores econômicos – Modelo simples *versus* Modelo completo⁹

Aprovação do Governo					
		modelo simples		modelo completo	
		desaprova	Aprova	desaprova	Aprova
		(1)	(2)	(3)	(4)
Economia[melhor:igual]		-0.162***	0.922***	-0.086	0.678***
		(0.040)	(0.021)	(0.057)	(0.029)
		0.850	2.514	0.918	1.970
Economia[pior:igual]		0.929***	-0.379***	0.815***	-0.307***
		(0.022)	(0.016)	(0.032)	(0.025)
		2.532	0.685	2.259	0.736
C. à Pobreza[baixa:média]				0.574***	-0.226***
				(0.039)	(0.036)
				1.775	0.798
C. à Pobreza[alta:média]				-0.086	0.534***
				(0.076)	(0.034)
				0.918	1.706
C. à Corrupção[baixa:média]				0.398***	-0.151***
				(0.041)	(0.033)
				1.489	0.860
C. à Corrupção[alta:média]				-0.142*	0.371***
				(0.076)	(0.035)
				0.868	1.449
C. ao Desemprego[baixa:média]				0.288***	-0.293***
				(0.040)	(0.032)
				1.334	0.746
C. ao Desemprego[alta:média]				-0.051	0.258***
				(0.084)	(0.037)
				0.950	1.294
Segurança[baixa:média]				0.412***	-0.135***
				(0.040)	(0.036)
				1.510	0.874
Segurança[alta:média]				-0.098	0.376***
				(0.072)	(0.034)
				0.907	1.456
P.P. democráticos[baixa:média]				0.435***	-0.213***
				(0.039)	(0.040)
				1.545	0.808
P.P. democráticos[alta:média]				-0.267***	0.551***
				(0.071)	(0.033)
				0.766	1.735
Constante		-1.428***	-0.019*	-2.300***	-0.214***
		(0.017)	(0.011)	(0.035)	(0.020)
		0.240	0.981	0.100	0.807
Akaike Inf. Crit.		178,304.400		81,227.800	
Note:				*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01	

Fonte: Barômetro das Américas (2008:2010), N = 95.075

⁹ Para cada preditor, as tabelas apresentam: na primeira linha os coeficientes; na segunda linha o seu desvio padrão; e, na terceira os valores exponencializados dos coeficientes.

Tabela 2: Indicadores econômicos – PIB

		Aprovação do Governo					
		modelo completo		modelo PIB < AL		modelo PIB > AL	
		desaprova	Aprova	desaprova	Aprova	desaprova	Aprova
		(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Economia[melhor:igual]		-0.086	0.678***	-0.109	0.623***	-0.068	0.715***
		(0.057)	(0.029)	(0.085)	(0.044)	(0.077)	(0.039)
		0.918	1.970	0.897	1.865	0.934	2.044
Economia[pior:igual]		0.815***	-0.307***	0.862***	-0.298***	0.748***	-0.319***
		(0.032)	(0.025)	(0.044)	(0.034)	(0.046)	(0.036)
		2.259	0.736	2.368	0.742	2.113	0.727
C. à Pobreza[baixa:média]		0.574***	-0.226***	0.532***	-0.177***	0.622***	-0.275***
		(0.039)	(0.036)	(0.055)	(0.051)	(0.057)	(0.051)
		1.775	0.798	1.702	0.838	1.863	0.760
C. à Pobreza[alta:média]		-0.086	0.534***	-0.120	0.481***	-0.041	0.600***
		(0.076)	(0.034)	(0.104)	(0.048)	(0.110)	(0.048)
		0.918	1.706	0.887	1.618	0.960	1.822
C. à Corrupção[baixa:média]		0.398***	-0.151***	0.416***	-0.136***	0.404***	-0.153***
		(0.041)	(0.033)	(0.056)	(0.049)	(0.059)	(0.046)
		1.489	0.860	1.516	0.873	1.498	0.858
C. à Corrupção[alta:média]		-0.142*	0.371***	-0.261**	0.361***	0.008	0.404***
		(0.076)	(0.035)	(0.104)	(0.049)	(0.111)	(0.050)
		0.868	1.449	0.770	1.435	1.008	1.498
C. ao Desemprego[baixa:média]		0.288***	-0.293***	0.297***	-0.260***	0.269***	-0.333***
		(0.040)	(0.032)	(0.056)	(0.046)	(0.057)	(0.045)
		1.334	0.746	1.346	0.771	1.309	0.717
C. ao Desemprego[alta:média]		-0.051	0.258***	-0.069	0.238***	-0.045	0.278***
		(0.084)	(0.037)	(0.116)	(0.053)	(0.123)	(0.053)
		0.950	1.294	0.933	1.269	0.956	1.320
Segurança[baixa:média]		0.412***	-0.135***	0.377***	-0.141***	0.450***	-0.135***
		(0.040)	(0.036)	(0.055)	(0.051)	(0.057)	(0.050)
		1.510	0.874	1.458	0.868	1.568	0.874
Segurança[alta:média]		-0.098	0.376***	-0.080	0.299***	-0.115	0.448***
		(0.072)	(0.034)	(0.100)	(0.050)	(0.105)	(0.048)
		0.907	1.456	0.923	1.349	0.891	1.565
P.P. democráticos[baixa:média]		0.435***	-0.213***	0.373***	-0.242***	0.487***	-0.202***
		(0.039)	(0.040)	(0.055)	(0.056)	(0.057)	(0.058)
		1.545	0.808	1.452	0.785	1.627	0.817
P.P. democráticos[alta:média]		-0.267***	0.551***	-0.353***	0.472***	-0.179*	0.618***
		(0.071)	(0.033)	(0.101)	(0.048)	(0.100)	(0.045)
		0.766	1.735	0.703	1.603	0.836	1.855
Constante		-2.300***	-0.214***	-2.209***	-0.185***	-2.395***	-0.244***
		(0.035)	(0.020)	(0.049)	(0.029)	(0.050)	(0.027)
		0.100	0.807	0.110	0.831	0.091	0.783
Akaike Inf. Crit.		81,227.800		41,228.460		39,962.170	
Note:						*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01	

Fonte: Banco Mundial, Barômetro das Américas (2008:2010), N = 95.075

Tabela 3: Indicadores econômicos - Inflação

	Aprovação do Governo					
	modelo completo		modelo inflação < AL		modelo inflação > AL	
	desaprova	aprova	Desaprova	Aprova	desaprova	aprova
	(3)	(4)	(9)	(10)	(11)	(12)
Economia[melhor:igual]	-0.086 (0.057) 0.918	0.678*** (0.029) 1.970	-0.106 (0.079) 0.899	0.657*** (0.042) 1.929	-0.065 (0.082) 0.937	0.700*** (0.041) 2.014
Economia[pior:igual]	0.815*** (0.032) 2.259	-0.307*** (0.025) 0.736	0.707*** (0.044) 2.028	-0.338*** (0.034) 0.713	0.926*** (0.046) 2.524	-0.268*** (0.036) 0.765
C. à Pobreza[baixa:média]	0.574*** (0.039) 1.775	-0.226*** (0.036) 0.798	0.683*** (0.054) 1.980	-0.247*** (0.049) 0.781	0.464*** (0.058) 1.590	-0.204*** (0.053) 0.815
C. à Pobreza[alta:média]	-0.086 (0.076) 0.918	0.534*** (0.034) 1.706	0.016 (0.106) 1.016	0.548*** (0.049) 1.730	-0.189* (0.108) 0.828	0.525*** (0.047) 1.690
C. à Corrupção[baixa:média]	0.398*** (0.041) 1.489	-0.151*** (0.033) 0.860	0.445*** (0.055) 1.560	-0.262*** (0.046) 0.770	0.344*** (0.061) 1.411	-0.019 (0.049) 0.981
C. à Corrupção[alta:média]	-0.142* (0.076) 0.868	0.371*** (0.035) 1.449	-0.085 (0.104) 0.919	0.467*** (0.049) 1.595	-0.189* (0.111) 0.828	0.278*** (0.051) 1.320
C. ao Desemprego[baixa:média]	0.288*** (0.040) 1.334	-0.293*** (0.032) 0.746	0.206*** (0.055) 1.229	-0.238*** (0.044) 0.788	0.393*** (0.058) 1.481	-0.357*** (0.048) 0.700
C. ao Desemprego[alta:média]	-0.051 (0.084) 0.950	0.258*** (0.037) 1.294	-0.175 (0.126) 0.839	0.181*** (0.055) 1.198	0.061 (0.114) 1.063	0.315*** (0.051) 1.370
Segurança[baixa:média]	0.412*** (0.040) 1.510	-0.135*** (0.036) 0.874	0.400*** (0.054) 1.492	-0.097* (0.050) 0.908	0.410*** (0.059) 1.507	-0.190*** (0.052) 0.827
Segurança[alta:média]	-0.098 (0.072) 0.907	0.376*** (0.034) 1.456	-0.042 (0.098) 0.959	0.465*** (0.048) 1.592	-0.156 (0.108) 0.856	0.291*** (0.050) 1.338
P.P. democráticos[baixa:média]	0.435*** (0.039) 1.545	-0.213*** (0.040) 0.808	0.331*** (0.054) 1.392	-0.149*** (0.055) 0.862	0.534*** (0.057) 1.706	-0.282*** (0.059) 0.754
P.P. democráticos[alta:média]	-0.267*** (0.071) 0.766	0.551*** (0.033) 1.735	-0.247** (0.100) 0.781	0.436*** (0.047) 1.547	-0.286*** (0.101) 0.751	0.652*** (0.045) 1.919
Constante	-2.300*** (0.035) 0.100	-0.214*** (0.020) 0.807	-2.289*** (0.049) 0.101	-0.210*** (0.027) 0.811	-2.312*** (0.050) 0.099	-0.223*** (0.028) 0.800
Akaike Inf. Crit.	81,227.800		41,947.360		39,221.450	
Note:					*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01	

Fonte: Banco Mundial, Barômetro das Américas (2008:2010), N = 95.075

Tabela 4: Indicadores econômicos - Desemprego

Aprovação do Governo						
	modelo completo		modelo desemprego < AL		modelo desemprego > AL	
	desaprova	Aprova	desaprova	aprova	desaprova	aprova
	(3)	(4)	(13)	(14)	(15)	(16)
Economia[melhor:igual]	-0.086 (0.057) 0.918	0.678*** (0.029) 1.970	-0.044 (0.073) 0.957	0.586*** (0.040) 1.797	-0.146 (0.092) 0.864	0.666*** (0.044) 1.946
Economia[pior:igual]	0.815*** (0.032) 2.259	-0.307*** (0.025) 0.736	0.819*** (0.038) 2.268	-0.278*** (0.031) 0.757	0.789*** (0.057) 2.201	-0.262*** (0.041) 0.770
C. à Pobreza[baixa:média]	0.574*** (0.039) 1.775	-0.226*** (0.036) 0.798	0.608*** (0.048) 1.837	-0.176*** (0.048) 0.839	0.509*** (0.070) 1.664	-0.313*** (0.055) 0.731
C. à Pobreza[alta:média]	-0.086 (0.076) 0.918	0.534*** (0.034) 1.706	-0.140 (0.097) 0.869	0.530*** (0.045) 1.699	0.034 (0.123) 1.035	0.563*** (0.053) 1.756
C. à Corrupção[baixa:média]	0.398*** (0.041) 1.489	-0.151*** (0.033) 0.860	0.412*** (0.049) 1.510	-0.249*** (0.046) 0.780	0.381*** (0.072) 1.464	-0.162*** (0.050) 0.850
C. à Corrupção[alta:média]	-0.142* (0.076) 0.868	0.371*** (0.035) 1.449	-0.033 (0.094) 0.968	0.420*** (0.047) 1.522	-0.309** (0.132) 0.734	0.311*** (0.055) 1.365
C. ao Desemprego[baixa:média]	0.288*** (0.040) 1.334	-0.293*** (0.032) 0.746	0.344*** (0.049) 1.411	-0.250*** (0.043) 0.779	0.161** (0.070) 1.175	-0.299*** (0.050) 0.742
C. ao Desemprego[alta:média]	-0.051 (0.084) 0.950	0.258*** (0.037) 1.294	-0.059 (0.107) 0.943	0.306*** (0.049) 1.358	-0.035 (0.139) 0.966	0.226*** (0.059) 1.254
Segurança[baixa:média]	0.412*** (0.040) 1.510	-0.135*** (0.036) 0.874	0.371*** (0.048) 1.449	-0.109** (0.049) 0.897	0.493*** (0.070) 1.637	-0.212*** (0.054) 0.809
Segurança[alta:média]	-0.098 (0.072) 0.907	0.376*** (0.034) 1.456	-0.181* (0.094) 0.834	0.341*** (0.047) 1.406	0.080 (0.114) 1.083	0.371*** (0.053) 1.449
P.P. democráticos[baixa:média]	0.435*** (0.039) 1.545	-0.213*** (0.040) 0.808	0.399*** (0.048) 1.490	-0.181*** (0.053) 0.834	0.491*** (0.070) 1.634	-0.173*** (0.062) 0.841
P.P. democráticos[alta:média]	-0.267*** (0.071) 0.766	0.551*** (0.033) 1.735	-0.378*** (0.096) 0.685	0.470*** (0.045) 1.600	-0.109 (0.107) 0.897	0.529*** (0.049) 1.697
Constante	-2.300*** (0.035) 0.100	-0.214*** (0.020) 0.807	-2.284*** (0.042) 0.102	-0.436*** (0.025) 0.647	-2.339*** (0.064) 0.096	0.148*** (0.032) 1.160
Akaike Inf. Crit.	81,227.800		50,679.840		29,844.470	
Note:					*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01	

Fonte: Banco Mundial, Barômetro das Américas (2008:2010), N = 95.075

Tabela 5: Investimento social -- Agregado

		Aprovação do Governo					
		modelo completo		modelo invest. social < AL		modelo invest. social > AL	
		desaprova	aprova	desaprova	Aprova	desaprova	aprova
		(3)	(4)	(3)	(4)	(5)	(6)
Economia[melhor:igual]		-0.086	0.678***	-0.087	0.644***	0.001	0.669***
		(0.057)	(0.029)	(0.070)	(0.038)	(0.104)	(0.051)
		0.918	1.970	0.917	1.904	1.001	1.952
Economia[pior:igual]		0.815***	-0.307***	0.724***	-0.264***	0.976***	-0.286***
		(0.032)	(0.025)	(0.036)	(0.029)	(0.072)	(0.055)
		2.259	0.736	2.063	0.768	2.654	0.751
C. à Pobreza[baixa:média]		0.574***	-0.226***	0.603***	-0.206***	0.491***	-0.287***
		(0.039)	(0.036)	(0.044)	(0.043)	(0.091)	(0.069)
		1.775	0.798	1.828	0.814	1.634	0.751
C. à Pobreza[alta:média]		-0.086	0.534***	-0.046	0.439***	-0.128	0.732***
		(0.076)	(0.034)	(0.086)	(0.041)	(0.166)	(0.067)
		0.918	1.706	0.955	1.551	0.880	2.079
C. à Corrupção[baixa:média]		0.398***	-0.151***	0.470***	-0.198***	0.106	-0.224***
		(0.041)	(0.033)	(0.045)	(0.041)	(0.095)	(0.061)
		1.489	0.860	1.600	0.820	1.112	0.799
C. à Corrupção[alta:média]		-0.142*	0.371***	-0.103	0.441***	-0.432**	0.161**
		(0.076)	(0.035)	(0.084)	(0.041)	(0.196)	(0.075)
		0.868	1.449	0.902	1.554	0.649	1.175
C. ao Desemprego[baixa:média]		0.288***	-0.293***	0.285***	-0.314***	0.173*	-0.154**
		(0.040)	(0.032)	(0.045)	(0.039)	(0.091)	(0.063)
		1.334	0.746	1.330	0.731	1.189	0.857
C. ao Desemprego[alta:média]		-0.051	0.258***	-0.009	0.162***	-0.205	0.405***
		(0.084)	(0.037)	(0.096)	(0.045)	(0.183)	(0.073)
		0.950	1.294	0.991	1.176	0.815	1.499
Segurança[baixa:média]		0.412***	-0.135***	0.415***	-0.273***	0.524***	-0.045
		(0.040)	(0.036)	(0.044)	(0.045)	(0.094)	(0.064)
		1.510	0.874	1.514	0.761	1.689	0.956
Segurança[alta:média]		-0.098	0.376***	-0.129	0.495***	0.103	0.090
		(0.072)	(0.034)	(0.080)	(0.040)	(0.175)	(0.076)
		0.907	1.456	0.879	1.640	1.108	1.094
P.P. democráticos[baixa:média]		0.435***	-0.213***	0.405***	-0.269***	0.451***	-0.039
		(0.039)	(0.040)	(0.044)	(0.049)	(0.090)	(0.074)
		1.545	0.808	1.499	0.764	1.570	0.962
P.P. democráticos[alta:média]		-0.267***	0.551***	-0.308***	0.509***	-0.177	0.549***
		(0.071)	(0.033)	(0.085)	(0.040)	(0.136)	(0.061)
		0.766	1.735	0.735	1.664	0.838	1.732
Constante		-2.300***	-0.214***	-2.235***	-0.263***	-2.302***	0.016
		(0.035)	(0.020)	(0.040)	(0.024)	(0.079)	(0.040)
			0.807	0.107	0.769	0.100	1.016
Akaike Inf. Crit.		81,227.800		59,191.680		19,381.230	
Note:		*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01					

Fonte: CEPAL, Barômetro das Américas (2008:2010), N = 95.075

5 Considerações Finais

O artigo aqui apresentado objetivou contribuir para os estudos de comportamento eleitoral e estudos de América Latina. À luz da literatura do voto econômico, busquei preencher algumas lacunas evidenciadas por Lewis-Beck e Stegmeier (2008) ao abordarem a carência de trabalhos transnacionais em democracias transicionais.

O esforço empregado foi feito em duas frentes: por um lado, propondo que outras variáveis, além das econômicas, podem traduzir a racionalidade do eleitor latino-americano, de forma que não somente o crescimento do PIB, contenção da inflação e desemprego seriam suficientes para que esse eleitorado sentisse suas demandas consideradas. Assim, as políticas sociais seriam mais um elemento de análise no momento de o eleitor avaliar a gestão de um líder e decidir por puni-lo ou premiá-lo por seu desempenho. Por outro lado, busquei conjugar o impacto tanto de dados de *survey* quanto de dados no nível macro (econômicos e de investimento social), de forma que recortes nos bancos de dados transversalizados por esses macro dados permitiram perceber o comportamento eleitoral em cenários distintos: de melhor ou pior desempenho da economia e de maior ou menor investimento social.

Os recortes com base nos dados macro supramencionados possibilitaram análises hierárquicas e, por meio dela, o teste e a confirmação parcial das hipóteses de trabalho desse artigo. Assim, foi possível confirmar que a avaliação da economia impacta fortemente a aprovação do governo. E que, também, as avaliações de políticas públicas e temas de relevância para o eleitor latino-americano também produzem esse impacto mesmo livre da interferência dos macro dados (confirmando a hipótese 1).

Ao testar cenários de indicadores econômicos abaixo e acima da média da América Latina, foi possível perceber algumas diferenças comportamentais e impactos negativos e positivos que chegaram a apresentar cerca de 80% de diferença de coeficientes em um cenário acima da média ao comparado com o modelo completo, denotando o impacto das variáveis macroeconômicas, confirmando a parcialmente H2. Parcialmente porque a hipótese H2b e H2c não se confirmaram, de forma que as baixas taxas de desemprego e inflação não aumentaram as probabilidades de aprovação do governo.

E, finalmente, os cenários de investimento social abaixo e acima da média da América Latina também mostraram diferenças nos comportamentos do eleitor, com coeficientes que chegaram a triplicar em comparação ao modelo completo (confirmando a hipótese 3).

Nos próximos passos dessa pesquisa, intento verificar o impacto de variáveis institucionais e de regras distintas de campanha na clareza de responsabilidade dos líderes da região. Entretanto, até o presente estágio da pesquisa, já foi possível verificar a ocorrência de

accountability e racionalidade do eleitor vinculada não somente à avaliação da economia, como também de políticas públicas.

Bibliografia:

CAMARGOS, Malco Braga. **Do Bolso para as Urnas – Influência da Economia na Escolha entre Fernando Henrique e Lula nas Eleições de 1998**. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

_____. Economia e voto: Fernando Henrique *versus* Lula, 1998. In, TELLES, H. S. & LUCAS, J.I.P. (org). **Das Ruas às Urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

_____. **Economia e eleições na América Latina: Refinando a teoria do Voto Econômico**. In Anais 30. Encontro Anual da ANPOCS, 2006.

CORRÊA, Diego Sanches. **CCT Programs, the Economy and Presidential Elections in Latin America**. In Anais 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 2012.

ECHEGARAY, Fabián. **Economic Crises and Electoral Responses in Latin America**. Lanhan: University Press of America, 2005.

FIORINA, Morris. **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven: Yale University Press, 1981.

KEY, Valdimer O. **The Responsible Electorate**. New York, 1966.

KIEWIET, Roderick D. **Macroeconomics & Micropolitics**. Chicago, The University of Chicago Press, 1983;

LEWIS-BECK, Michael; STEGMAIER, Mary. **The Economic Vote in transitional democracies**. Journal of Elections, Public Opinion & Parties, V. 18:3, pp.303-323, 2008.

LEWIS-BECK, Michael; RATTO, Maria Celeste. **Economic Voting in Latin America: a general model**. *Electoral Studies*, n 32, pp. 489-493, 2013.

LEWIS-BECK, MICHAEL S. A., MARTINI, NICHOLAS F B, KIEWIET, D. RODERICK. **The Nature of Economic Perception on mass publics**. *Electoral Studies*, n 32, pp. 524-528, 2013.

RATTO, Maria Celeste. **Accountability y voto económico en América Latina: Un estudio de las pautas de comportamiento electoral entre 1996-2004**. Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública, v.II(1), pp.49. 2013.

REMMER, Karen. **The political impact of economic crisis in Latin America in the 1980s**. *American Political Science Review*, n 85, dezembro, pp. 777-800, 1991.

SAMUELS, David. *Presidentialism and Accountability for Economy in Comparative Perspective*. *American Political Science Review*, vol.98, n.3, agosto pp.425-436, 2004.

SINGER, Matthew. *Economic Voting in an Era of (Non) Crisis: The Changing Electoral Agenda in Latin America 1982 – 2010*. *Comparative Politics*, volume 45, number 2, janeiro, pp.169-185, 2013.

VEIGA, Luciana. *Economic Voting in an Age of Growth and Poverty Reduction: Electoral Response in Latin America (1995-2010)*. *CSD Working Papers*, Center for the Study of Democracy UC Irvine. Link: <http://www.escholarship.org/uc/item/8r683983>, 2013.

